



REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2015.

(Do Sr. GERALDO RESENDE)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados – MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, c/c arts. 35, 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requero a Vossa Excelência a instituição de **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**, para investigar a **CARTELIZAÇÃO NA FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES, QUE TAMBÉM UTILIZA A CAPTURA DOS SERVIÇOS MÉDICOS POR INTERESSES PRIVADOS – MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL**, mediante as ilegalidades nas relações das compras públicas e judicialização da Saúde, suas causas, consequências e responsáveis.

A Comissão será composta por 15 membros e igual número de suplentes, além de uma vaga de titular e suplente para bancadas não contempladas, e terá o prazo de 120 dias, prorrogáveis.

Os recursos administrativos e financeiros e os assessoramentos necessários ao funcionamento desta Comissão serão providos por recursos orçamentários da Câmara dos Deputados.



## JUSTIFICATIVA

Tema do programa Fantástico da Rede Globo do último dia 04 de janeiro, a Máfia das Órteses e Próteses no Brasil, tem crescido assustadoramente, colocando em risco a vida de pacientes em prol do lucro de empresas (importadoras, fabricantes e distribuidores) e médicos inescrupulosos que agem de forma antiética com o único intuito de obterem lucros com a indicação de cirurgias, muitas vezes desnecessárias, em pacientes com problemas ortopédicos.

Além da reportagem do Fantástico, vários outros meios vem denunciando a Máfia das órteses e próteses, dentre eles:

**Folha de São Paulo:** Médicos reprovam acordo do Conselho Federal com indústria farmacêutica. (...) Em 2010, o Cremesp fez uma pesquisa com os médicos do Estado de São Paulo. Os resultados foram preocupantes: (...) 33% souberam ou presenciaram recebimento de comissão por indicação de medicamento, **órtese e prótese**;

**Repórter Alagoas:** Uma máfia comandada por médicos e fornecedores de **órteses e próteses** atua livremente em Alagoas. Garantem 30% de lucros em cima do Sistema Único de Saúde (SUS) - para os profissionais que prescreverem os materiais especiais a pacientes que entram com ações, na Justiça, em busca destes materiais.

**Pitaco na política – Joyce Hasselman:** Instituto Curitiba de Saúde: o retrato da farra com dinheiro público. Suspeitas de irregularidades recaem sobre o atual presidente do ICS, Wilson Michaelis. Má gestão ou máfia? Comprovado o aumento expressivo, de mais de 30%, nos gastos com **próteses e órteses**. Em sete meses no ano passado a prefeitura gastou pouco mais de R\$ 2 milhões e 300 mil com protestes e órteses. De janeiro a julho desse ano o gasto já está em quase R\$ 3 milhões e 200 mil reais. A suspeita é de superfaturamento desse tipo de material

**Jornal da CEBES:** Médico não pode prescrever próteses e órteses pela marca, afirma CFM: Objetivo é evitar assédio da indústria do setor, mas profissionais temem perda de autonomia e de itens de qualidade. Órgão referendou resolução recente da Agência Nacional de Saúde Suplementar que vinha gerando confusão entre médicos e convênios. O Conselho Federal de Medicina (CFM) orientou ontem (26) os médicos a não prescrever próteses, órteses e outros materiais implantáveis pelo nome comercial, acompanhando resolução da agência regulatória dos planos de saúde (ANS) válida desde junho.



**Zero Hora/RS:** Médicos estão à frente de esquemas de próteses e internações pelo SUS. No grupo de funcionários afastados, em janeiro passado, pela direção do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) – conhecido como a máfia das órteses e próteses, estão pelo menos cinco médicos que também comandavam um esquema de internações de pacientes particulares em vagas do SUS. Quatro deles são sócios de uma clínica de traumatologia localizada no bairro Floresta, em Porto Alegre. O quinto é o dono de um consultório de ortopedia situado no bairro Higienópolis. Nesses dois locais funcionava um esquema de recepção de pacientes vindos em ambulâncias do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que pagavam propina para conseguir uma internação rápida pelo SUS. Em hospitais particulares, uma cirurgia para colocação de parafusos pediculares na coluna vertebral custa no mínimo R\$ 20 mil. Pacientes encaminhados pelas clínicas desses médicos pagavam em torno de R\$ 5 mil.

**O GLOBO:** A Polícia Federal vai abrir inquérito para apurar um esquema de desvio de verba por meio de cirurgias superfaturadas pagas pelo plano de saúde dos Correios. O pedido de apuração foi protocolado, nesta terça-feira, pelo defensor público da União Daniel Macedo, com base em reportagem do EXTRA que revelou o pagamento de R\$ 961.886,56 por material cirúrgico usado numa única operação. O material foi vendido pelo representante oficial no Brasil, a Technicare Instrumental Cirúrgico, por R\$ 65.208,00 para a AC Consultoria e Assessoria em Saúde, empresa cujo dono é investigado pela Polícia Civil, (...) Alguns especialistas da área alegaram que o problema do setor é justamente a falta de concorrência e a cadeia de distribuição, que paga percentuais a médicos e hospitais, o que encarece o preço final do produto.

Esse esquema tem causado grandes prejuízos aos Planos Privados de Saúde, ao Sistema Único de Saúde – SUS e aos pacientes, expondo-os muitas vezes ao risco de morte, sendo vítimas de indicações de cirurgias desnecessárias.

Relatórios técnicos (se é que existem) sobre o uso de determinada órtese ou prótese não são divulgados aos pacientes e gestores do SUS, ao contrário, são para induzir a erro os atores jurídicos (Advogados, Defensores Públicos, Juizes) que obrigam o Sistema Único de Saúde – SUS e/ou Planos de Saúde a bancarem cirurgias desnecessárias através de liminares. A opção do atendimento médico é debatida só internamente entre distribuidores, médicos e servidores responsáveis pela compra governamental. Divergências e contribuições permanecem em sigilo para os atores jurídicos que se fecham no isolamento do princípio da integralidade em detrimento da organização da política de saúde, escassez de recursos públicos e isonomia de tratamento a todos os cidadãos. No caso do Sistema Único de Saúde, talvez pelo ceticismo para tudo que é saúde pública, bem pouca gente no Brasil parece acreditar no SUS, muito embora todos os brasileiros usem o sistema público de saúde. De



qualquer modo, a indiferença geral deixa o mundo de gestores, de serviço médico e empresarial de órteses e próteses bem livre para sabotá-lo quando conveniente, em detrimento dos recursos públicos.

A abulia da opinião pública tem permitido que, mesmo contrariando as promessas constitucionais do modo de funcionar da Administração Pública e o Direito à Saúde, o atendimento para órteses e próteses, com seu estilo mais solto, assuma consequências que prejudicam a saúde da população, onera o erário, afasta-se da transparência, e retroalimenta a corrupção.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), deverá focar o cartel na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, onde criam-se demandas artificiais direcionadas para produtos/mercadorias específicos sob a forma de órteses e próteses. Tal fato determinado exige que se investigue: Quem são os responsáveis por essas falsas necessidades? (produtores, importadores, Distribuidores), como o fazem? (meios ilegais de cooptação do serviço público/privado de saúde para comercialização) quem participa do esquema? (médicos, clínicas, hospitais, atores jurídicos). Quais são as consequências e os prejuízos causados aos Sistemas de Saúde e aos pacientes com essas práticas.

O assunto é grave, de modo que a instalação de uma CPI constitui instrumento fundamental para investigar as denúncias relatadas, trazendo resposta para a sociedade. Concluiu-se que os fatos, de relevante interesse para o Brasil, exigem da Câmara dos Deputados, cumprindo o seu fim institucional e atendendo aos reclamos sociais, manifeste-se a respeito, e com todo o rigor que a situação exige.

Diante do exposto, proponho por meio deste Requerimento, a criação de uma CPI com o objetivo, não só de apurar, de forma aprofundada, as causas da cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive, com a criação artificial e direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados, mas também produzir propostas para o combate, a prevenção e punição dos responsáveis por essas fraudes.

Sala de Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

Deputado GERALDO RESENDE

PMDB/MS